

QUANDO RAÇA SE EVIDENCIA NO ESPAÇO: APONTAMENTOS DESDE UMA VILA EM PORTO ALEGRE

Jacqueline Britto **Pólvora**¹

A referência ao “morro” e ao “asfalto” é talvez uma das imagens mais utilizadas para indicar a divisão entre pobres e ricos nas cidades brasileiras. Se estas imagens funcionam como representações das delimitações espaciais entre pobres e ricos, elas também generalizam o que há no asfalto e no morro. A proposta deste artigo é discutir a partir de dados etnográficos as especificidades dos espaços da pobreza em Porto Alegre, ressaltando que o fator *raça* é um elemento determinante na especificação de distintas formas de pobreza. Para além dos já conhecidos dados oficiais que apontam que a pobreza atinge mais negros do que não-negros, este artigo busca revelar como a pobreza de famílias negras se manifesta na geografia dos espaços de famílias pobres. Busco, com isso, romper com a homogeneidade presente não apenas no senso comum, mas também nas Ciências Sociais e nos organizadores das políticas públicas urbanas que pretendem transformar tais espaços. Este artigo tem como linha principal de argumentação a sobreposição geográfica da identidade racial refletida em espaços de famílias pobres moradoras da periferia de Porto Alegre. Estes espaços, inicialmente já segregados do restante da cidade, apontam o pertencimento racial como um fator que exacerba tal segregação. Em outras palavras, sigo a indicação da literatura especializada que aponta em dois sentidos: o espaço funciona como metáfora para pensarmos a condição racial e, portanto, é possível identificar tal metáfora objetivada no espaço (Gregory 1998; Keith 1993; Olivier and Shapiro, 1995; Smith 1993)². Assim, é nas situações cotidianas da vila que as disputas pelo espaço e pelos bens materiais estarão marcadas pela posição racial de cada um.

Inspirado também pela obra de Lícia do Prado Valladares (2005) onde a autora aponta a “generalização prematura” por parte dos estudos sobre as favelas no Rio de Janeiro, este artigo revisita a pesquisa de campo realizada em 2003 quando da implementação da primeira fase do Programa Integrado Entrada da Cidade (doravante PIEC), junto ao programa de reurbanização de uma área de vilas em Porto Alegre (Pólvora, 2006), para repensar a questão racial naquele espaço. Naquela época, minhas conversas com os órgãos responsáveis pelo projeto foram protagonizadas por uma

¹ Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Brasil.

² As citações dos textos originais em inglês foram traduzidos pela autora.

negação da questão racial na área, conseqüentemente, uma abordagem da “pobreza” como um sendo fator que não discriminava racialmente aquelas famílias. Estas conversas iam no sentido oposto do que as minhas observações indicavam, já que se fazia mais do que evidente que, naquele espaço, as famílias negras estavam de longe em desvantagem econômicas e espaciais em relação à outras famílias euro-descendentes e, portanto, viviam em condições de segregação dentro de uma área que no contexto maior da cidade já era segregada. Neste sentido foi possível identificar que, entre as famílias negras e/ou afro-descendentes³, houveram múltiplos níveis de racialização que ficaram evidentes nos conflitos existentes entre os moradores e vizinhos, entre os representantes do poder público e os moradores, e, claro, reforçados pela grande mídia local.

Assim, neste artigo busco, pois, explicitar as dinâmicas através da qual o fator raça se torna evidente no espaço, portanto se espacializa, conformando processos de exclusão que a literatura chama de “racialização das pessoas e dos espaços” (Keith, 1993; Smith, 1993; Goldberg, 1993). Estes processos de racialização das pessoas e de seus espaços são, segundo estes autores, processos multifacetados que conformam ideologias, imagens e classificações sobre as pessoas pobres e racialmente não-brancas. Susan Smith define racialização dos espaços como sendo processos através dos quais “o local da residência é tomado com um parâmetro de atitudes, valores, das inclinações e das normas sociais” (1993: 133) das pessoas que vivem em determinados espaços. Neste sentido, e como nos aponta Stuart Hall, a identidade destes grupos sociais que habitam estes espaços periféricos é construída a partir de discursos que “interpolam”, discursos que, vindos “do outro”, acrescentam elementos aos sujeitos, “construídos como o “outro... à quem se pode falar” (Hall, 1996: 5).

É, portanto, através destes argumentos que pretendo demonstrar que nas vilas de Porto Alegre, o fator raça é um componente que persistentemente acentua as desigualdades internas entre negros e não-negros. O deslocamento e segregação de famílias negras não é novidade para as cidades brasileiras. De fato, este deslocamento e exclusão é parte constitutiva do desenvolvimento urbano em nosso país. Cidades como Rio de Janeiro (Carvalho 1987; Chalhoub 1986; Meade 1997) e São Paulo (Andrews 1991; Rolnik 1989), assim como Porto Alegre (Pesavento 1989, 1995), contém estas marcas em suas políticas públicas de reordenamento territorial.

³ Considero aqui a auto-classificação das pessoas e chamo de afro-descendentes as generalizações internas e externas baseadas na cor: moreno/a; “escurinho/a”, etc.

O método etnográfico foi o que guiou esta pesquisa. Aproveitando o primeiro período da implementação do PIEC – o antes, durante e o depois da mudança das primeiras famílias para os novos condomínios residenciais – eu utilizei da observação participante como forma de familiarizar-me com a área e com os moradores que se mostraram disponíveis para conversar. E estes foram muitos, já que, me parecia, tinham muita ansiedade para serem ouvidos. “Olhar, ouvir e escrever”, segundo Cardoso de Oliveira, são “as três etapas de apreensão dos fenômenos sociais” (2006: 18) que qualquer cientista social deveria seguir. Entretanto, e por mais naturais que estas atitudes possam soar, é a tarefa de “desfamiliarizar e desnaturalizar as diversidades” (Eckert e Rocha: 2013) encontradas na cidade que se apresentou como estímulo nesta pesquisa, já que eu mesma tinha dificuldades em perceber a diversidade interna daquele lugar. Assim, minha estratégia foi a de começar caminhando pelas ruelas e becos estreitos buscando familiarizar-me com o que inicialmente me parecia um labirinto. Guiada também pelos implementadores do PIEC, dediquei mais atenção a estas famílias que estavam em processo de – e ansiosos para – mudar-se para os novos condomínios. Foi através dos atos de caminhar, observar, ouvir e escrever que pouco a pouco aquela realidade foi se revelando neste exercício.

A Entrada da Cidade e o Projeto de Reurbanização das Vilas

O espaço maior ao qual este artigo se detém é a área chamada de Entrada da Cidade (EC), onde estão parte dos bairros Navegantes, Humaitá e Farrapos. Parte destas áreas correspondia ao que em outras metrópoles brasileiras é chamado de favelas: espaços de ocupação informal onde, dentre outros fatores, o poder público pouco se fez presente, neste caso pelo menos até a implementação do projeto de reurbanização PIEC. Este é um projeto que compreende um grande investimento municipal e de duas outras agências financeiras internacionais para o desenvolvimento de infraestruturas e regularização das áreas informais, incluindo conjuntos de habitação social, além de valorização paisagística e obras de acesso em uma área de 6,5 km quadrados. O PIEC teve os seus primeiros passos de sua implementação em 2001 e estava programado para terminar em 2007, ao custo previsto inicialmente de 55 milhões de dólares. A meta de finalização em 2007 foi parcialmente cumprida e depois disso teve outras obras

incluídas, especialmente para a Copa do Mundo de 2014, o que trouxe outras intervenções na área e próximo a esta.

O PIEC teve como intenção inicial a intervenção em diferentes problemas específicos daquela área e adjacências. O projeto começa a ser pensado partir de um pequeno documento publicado em 2000 pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPOA, 2000) através do Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB), chamado Mapa da Irregularidade Fundiária de Porto Alegre. Ainda que esta publicação concebia as áreas irregulares como aquelas caracterizadas pela não existência de propriedade legal, portanto áreas ocupadas, na prática os técnicos da PMPOA entenderam que área irregular compreendia a falta de infraestrutura decorrente do fenômeno da ocupação. Assim, esta publicação, baseada em dados de 1998, mostrou a existência de 464 áreas irregulares – vilas - na cidade. Os números daquela época apontavam 73.392 casas habitadas por 287.161 pessoas (21,1% do total da população da cidade). Nos bairros que compreendem a EC (Navegantes, Farrapos e Humaitá) a população que vivia em áreas irregulares correspondia à aproximadamente 40% dos três bairros juntos e somavam 4.48% de toda a cidade (PMPOA, 2002).

A população que habita a Entrada da Cidade é uma população heterogênea cuja ocupação varia, embora haja uma constância acentuada nos baixos salários, na baixa escolaridade e conseqüentemente na baixa qualificação profissional. Como em outras situações, naquela área são quase todos conhecidos pelos vizinhos externos como “papeleiros”, mesmo que a ocupação profissional varie⁴. Entretanto, muitas famílias negras nas quais foquei meu trabalho tinham como ocupação a cata de papéis e de materiais recicláveis, e embora muitas mulheres trabalhassem como empregadas domésticas, na falta de trabalho recorriam à atividade de catadores. O termo “papeleiro” é tomado pela comunidade local como um termo depreciativo já que implica em outros níveis negativos de qualificação, especialmente o indicador do espaço onde vivem, as vilas: ser “vileiro” é associado pelos moradores do entorno, da cidade e pelo poder público às condições de pobreza e de vulnerabilidade no cotidiano. Há portanto, uma generalização do que é ser pobre e viver nas periferias das cidades, generalização esta que perpassa o poder público assim como a vizinhança, os habitantes da cidade em geral

⁴ A Vila dos Papeleiros foi uma das primeiras ocupações daquela área. Foi chamada assim por conta do trabalho exercido por aquelas famílias e esta denominação se generalizou por quase toda a área e seus moradores. Caso semelhante de generalização da denominação aconteceu a partir do morro da favela, no Rio de Janeiro (Valladares, 2000).

apoiados e reforçados pela mídia e as grandes empresas de comunicação. Se, por um lado, o poder público se refere a estas áreas como “irregulares”, generalizando as diferentes formas de informalidade presentes no meio urbano de nossas cidades, por outro lado há também uma generalização da pobreza uma vez que o mesmo poder público desconsidera que os efeitos desta afetam diferentemente negros e não-negros. Vale ressaltar que o poder público reconhece estas diferenças internas, ainda que trace políticas públicas que sejam eficazes para um público aparentemente homogêneo, políticas estas que possam ser “capazes de resolver problemas sociais bem identificados” (Valladares, 2005: 159). No caso da Entrada da Cidade, ao incorrer na “desistoricização” do ser negro, a Prefeitura ignora as “estruturas históricas de formação racial” (Hall 1980: 342) que conformam a sociedade brasileira como um todo, e a Entrada da Cidade em particular.

Geografia Racial das vilas da EC

Como venho apontando, a Entrada da Cidade é um espaço diversificado onde as famílias que vivem lá são de origens afro-descendentes e europeia. O pensamento que considera que a presença negra “não é evidente”, como afirmaram alguns dos representantes da Prefeitura, obedece a lógica de uma região cuja história da população negra foi até recentemente invisibilizada, quando não excluída. No entanto, a história de Porto Alegre relembra espaços predominantemente negros como a Colônia Africana, a Cidade Baixa, mais recentemente o Quilombo dos Silvas (Carvalho e Weimer, 2004) e outros espaços culturais contemporâneos como as escolas de samba e as inúmeras casas de religião afro-brasileira (Pesavento, 1995; Vilasboas et alli, 2010). Ao andar pelas ruas da EC atentando ao pertencimento racial das famílias que moram ali é possível identificar uma certa geografia racial vivida no cotidiano, ou se preferirmos, é possível identificar o papel da identidade racial na configuração da geografia daquele espaço. Seguindo o que foi apontado acima como a racialização de pessoas e de seus espaços, compreendo aqui que raça é “uma categoria discursiva e não biológica” (Hall, 2006: 63), embora “os quadros de referência raciais sejam articulados e acionados” (Donald e Rattansi, in Hall, 2006: 63) como referências discriminatórias e depreciativas das pessoas na EC. Assim, o pertencimento racial pensado aqui, insistimos, foi obtido

através da auto-classificação das pessoas e reproduzido a partir dos conflitos e tensões surgidos na área, quando apareciam insultos racistas contra as pessoas e famílias.

A implementação do PIEC junto aos moradores e especificamente com relação à questão das moradias consistiu em diferentes frentes de trabalho, sendo duas talvez as mais recorrentes: a) a mudança das famílias que viviam em áreas consideradas “de risco” para os novos condomínios residenciais e b) a “regularização” das vilas e espaços onde as famílias habitavam e não havia, segundo o poder público, a necessidade de mudança, apenas a “regularização” de tais áreas. Para estas famílias que permaneceram nas mesmas casas alguns procedimentos comuns seriam os de normatizar as respectivas entradas principais das residências com abertura para uma determinada rua, com a intenção de formalizar o endereço que até então estava informal ou inexistente. A aquisição de um endereço fixo para todas estas famílias significava também regularizar os respectivos serviços públicos utilizados, como o fronecimento de água e de luz.

Os processos de negociações correspondentes ao segundo caso que ocorreram com as famílias residentes nestas áreas foram eles mesmos iluminadores dos diferentes níveis de hierarquias existentes entre as famílias negras e não-negras naquela área. Em sua maioria, as diferentes residências visitadas tinham um terreno nos fundos de suas casas espaços compartilhados com uma segunda residência familiar, residência esta ocupada por uma outra família muitas vezes sem laços de parentesco com a primeira – moradora na parte da frente. Esta junção de terrenos havia acontecido há tempos atrás e como tantos outros espaços daquele bairro eram espaços de ocupação. A diferença entre estas famílias e as outras que estavam se mudando para os novos condomínios era o tempo em que estavam ali. As famílias que se mudavam haviam ocupado as respectivas áreas há pouco mais de 10, 15 anos. As primeiras viviam na área há mais de 40, 50 anos e por isso o tempo lhes favoreceu para que melhorassem suas condições financeiras e conseqüentemente, suas vidas. No momento em que o PIEC se consolidava a tarefa para os representantes do serviço público no processo de regularização das residências era a de criar alternativas para que ambas as casas passassem a possuir endereços regulares.

A espacialização que divide algumas famílias na EC configura uma “espacialização racializada”, já que situou famílias negras nos fundos e famílias não-negras na parte da frente dos terrenos. Em uma das visitas realizadas junto com os técnicos da Prefeitura, a conversa girou em torno da necessidade das casas terem

“aberturas independentes voltadas para a rua” para ambas as residências, frente e fundos. Uma das senhoras proprietárias da casa da frente do terreno, comentou:

A gente não tem um problema com eles [os vizinhos dos fundos]. Eles são legais e gente de respeito, mas... [susurrando] a gente não tem privacidade... a gente quer tomar mate aqui na sombra depois do trabalho e sempre tem estas crianças [fazendo um gesto com mão apontando o seu cabelo] ... brincando ...

Embora esta senhora que falava também tinha crianças que pareciam da mesma idade das outras, a presença de uma segunda família nos fundos de sua casa – e no mesmo pátio – parecia descontentar a primeira que reclamava da falta de privacidade, ainda que, a conversa indicava, ambas tivessem convivido em espaços contíguos há bastante tempo e não havia a possibilidade de um sair e o outro ficar. Além disso, o que veio na sequência acentuava a espacialização do fator raça já que demarcava famílias “que têm” e as que “não têm” condições de arcar com as alterações necessárias e solicitadas pelo poder público. Senhor Carlos, um homem negro e marido da senhora que vivia nos fundos aproximou-se e tentou entrar na conversa entre o seu vizinho, o primeiro senhor e os técnicos da prefeitura. Surpreendentemente, ninguém fez menção de incluí-lo na conversa, embora esta já versava sobre a entrada da residência de Sr. Carlos. O proprietário da primeira casa, já contrariado, ouvia as sugestões dos técnicos que consistiam em negociar um “pedaço do pátio”, o qual, argumentavam, poderia ser cedido pelo primeiro para que a família de Sr. Carlos obtivesse também a sua entrada principal voltada para a rua. Diante da negativa veemente do primeiro proprietário, Sr. Carlos foi finalmente incluído na conversa acenando com uma alternativa que era a de comprar um pedaço daquele terreno, “um corredor”. Mais uma vez, a resposta foi negativa, o que forçou os técnicos a caminharem para o lado de fora e, ao contornar a esquina se podia ver um pedaço da casa de Seu Carlos, neste momento já bastante tenso com a situação. Daquele lado uma terceira residência escondia a de Seu Carlos, ambas comunicadas entre si pelos pátios, ainda que separadas por um muro. Ali, depois de muita conversa, Seu Carlos ofereceu a este terceiro vizinho a mesma proposta: comprar uma parte de seu pátio, desde que fosse feito “um precinho camarada”. O vizinho aceitou a proposta, não sem antes barganhar com os técnicos da prefeitura uma solução para o caso da casa de sua filha, distante alguns metros dali.

Este caso ilustra uma das hierarquias espaciais estabelecidas naquele lugar e as tensões vividas naquele momento por Seu Carlos mostram como o espaço é mediado

pelo pertencimento racial, já que favorece uns e desfavorece outros. “Ter” ou “não ter”, neste caso, dinheiro acoplado ao terreno são fatores determinantes que situam as famílias negras – quase sempre os que “não têm” – nas posições mais baixas da hierarquia local. Sigo demonstrando esta hierarquia, desta vez em uma outra área da EC, onde eu mesma me confundia sobre a situação “regular – irregular”, uma vez que as construções que eu via na frente da rua me pareciam bastante consolidadas, e portanto, aquelas famílias me pareciam parte dos que “têm”. No janeiro quente de Porto Alegre eu participava da mudança de algumas destas famílias. A rua era pavimentada, as casas tinham eletricidade e água encanada e para mim não fazia muito sentido mudar-se dali para o novo condomínio. O problema, mais uma vez, estava nas famílias que vivam nos fundos daquelas casas porque atrás delas passava a auto-estrada que entra e sai da cidade, oferecendo portanto riscos para ambos os lados: muitas crianças e adultos costumavam atravessar a auto-estrada para buscar material reciclável do outro, já em direção ao rio. O lugar das moradias era, invariavelmente um lugar bastante pantanoso, um banhado como me referiram aquelas pessoas. Ao adentrar no pátio de uma destas residências da frente da rua, eu avistei aos fundos uma senhora negra equilibrando-se sobre tábuas no chão que serviam como caminhos protetores do banhado que levava até pequenos casebres nos fundos. Outro mundo para mim se abria, já que tais casebres só eram visíveis da estrada, lugar onde eu não passava muito. Mareni, esta mulher negra, parou debaixo da árvore onde eu estava propositalmente esperando-a e respondeu às minhas indagações. Ela me disse que só se mudaria no dia seguinte, e que não podia acreditar de tanta alegria e expectativa para tal mudança. Perguntei onde ela morava e ela indicou-me com o dedo: “ali, naquele barraquinho ...”. A casa era muito pequena, talvez uma peça. Eu perguntei quanto tempo ela morava ali e ela me contou que morava já há muito tempo, junto com sua avó em outra parte da EC. Casou-se, e seu marido, trabalhador da construção civil construiu a sua casa, a qual, ela me disse “nunca” pode “melhorar muito bem”. Depois que o PIEC foi anunciado e que a família dela havia sido cadastrada no programa, ela nunca mais havia “desperdiçado dinheiro” na casa, à menos que fosse realmente “muito necessário”. Perguntei-lhe quando era necessário:

... bom, a minha casa, como tu podes ver daqui, tá toda caindo... chove dentro então a gente tem que consertar o teto e fechar os buracos pros ratos não entrar. Mas tudo é remendo daí a gente tem que fazer isso quase todos os meses porque não dura muito.

Eu perguntei se ela não queria mostrar-me a casa por dentro, e ela, firmemente me respondeu:

Não, não, não! ... porque eu tenho vergonha de viver ali. Eu tenho vergonha daquelas tábuas que eu tenho que atravessar cada vez que eu entro e saio, eu tenho vergonha da merda que tá aí espalhada, de viver no meio dos buracos e remendos... aquilo não é uma casa, é um barraco mesmo, e por mais que eu tente ajeitar e dar uma cara de casa não consigo fazer muito mais do que remendos... Meus filhos sempre me perguntam por que a gente mora ali... mas depois de amanhã [o dia de sua mudança] eu espero não ter mais que responder prá eles, porque lá sim a gente vai ter uma casa...

Esta mulher ainda me contou como havia conseguido aquele terreno: sua prima, moradora da casa da frente havia “permitido” que ela construísse ali nos fundos, “porque é tudo banhado mesmo, ninguém vai ali...”, me disse, rindo sarcasticamente. Naquele dia, muitas outras famílias negras estavam se mudando dos fundos de alguma casa, e minha impressão estava correta: naquele lugar, as famílias da frente da rua não precisariam mudar-se, apenas “regularizar” entrada, número e outros pequenos detalhes.

A ordem para os dias de mudanças para os novos condomínios era: mudar e destruir a casa que ficou para trás. Isto significava que as residências originais, todas elas informais, ao serem desocupadas deveriam ser destruídas para evitar uma segunda ocupação por outra família em busca de algum lugar para viver. As mudanças deveriam acontecer seguindo uma lógica de necessidade estabelecida pelos técnicos da prefeitura, ordem esta estabelecida por diversos critérios. A prefeitura disponibilizou alguns meios de transporte para efetivar as mudanças: um ou dois automóveis kombi e um ou dois pequenos caminhões, com carroceria fechada, onde as famílias iam colocando seus pertences. Em geral, as famílias tinham poucos pertences para carregar e muitos deles foram deixados para trás porque não ofereciam condições de ser carregados. Dona Maria, por exemplo, uma senhora branca que aparentava uns sessenta anos, carregava suas roupas e a do filho enroladas em um lençol, um fogão, uma geladeira, duas camas e uma pequena tv. Mencionou que o balcão da cozinha não poderia ir porque iria se “desmanchar”. Não possuía cadeiras, nem mesa e nem guarda-roupas. Já havia combinado a compra de uma mesa usada com duas cadeiras e um sofá também usado que deveriam chegar no novo condomínio. O guarda-roupa deveria esperar um pouco mais. Esta quantidade reduzida de pertences permitia que o mesmo caminhão fosse utilizado por várias famílias e a viagem, que se reduzia a um ou dois quilômetros de

distância do lugar original, fosse uma única. O que aconteceu naquela ocasião da mudança foi mais uma vez a exacerbação da divisão entre aquelas famílias através dos fatores “ter” e “não ter”.

A euforia das famílias que se mudavam naqueles dias causou muita ansiedade para as famílias vizinhas que presenciavam as mudanças mas que teriam que esperar pela disponibilidade de transporte fornecido pela prefeitura, que seguiria um calendário naquela semana. Tudo se resumiria no máximo em uma semana de espera, dado que havia uma espécie de mapa e cronograma feito pela prefeitura. No entanto, a ansiedade acabou vencendo e os moradores, depois de solicitar autorização para entrar nas casas novas, foram resolvendo as suas respectivas mudanças à sua maneira. A alternativa mais procurada foi a de fazer o transporte de seus pertences nos carrinhos de duas rodas utilizados como meio de trabalho pelos catadores de material reciclável. Uma segunda alternativa foi a de utilizar as carroças, também utilizada pelos catadores. E finalmente, uma terceira alternativa foi buscar os que possuíam kombis e pudessem fazer o transporte. Todas as três alternativas exigiriam dispôr de algum dinheiro para pagar o transporte, despesa esta que estaria dispensada se esperassem pelo cronograma da prefeitura. No entanto, muitas famílias decidiram pagar pelo transporte, porque não queriam passar “nem mais uma noite”, segundo anunciavam.

Ter ou não ter carrinhos, ter ou não ter dinheiro extra para pagar o transporte foram fatores que indicavam a hierarquia entre aquelas famílias. Poucas, muito poucas famílias negras – duas do total de sete naquela quadra, e em uma delas o marido era branco – possuíam carrinhos, e, exceto por estas duas, o fato de não ter carrinhos nem outro meio de transporte as colocou em visível desvantagem na hora da mudança. As famílias que não conseguiram o dinheiro (em torno de R\$ 50,00 por mudança) para pagar o transporte acabaram tendo que esperar o dia marcado. No entanto, algumas tinham ou conseguiram este dinheiro e a partir daí foi outro processo indicativo das hierarquias raciais já bastante consolidadas naquele espaço.

Eu havia ouvido falar de um homem que era proprietário de muitos carrinhos utilizados na coleta de materiais recicláveis, portanto, eu sabia que muitas pessoas ali naquela área prestavam serviço para ele e naquele dia o dinheiro pago pelos carrinhos para transportar algumas mudanças foi, de fato, para ele e não para os trabalhadores que utilizavam a sua força física para puxar os carrinhos. Ou seja, este senhor era claramente o dono dos meios de produção naquele lugar e, obviamente, no caso das mudanças

explorava a mão-de-obra dos trabalhadores que faziam o transporte dos móveis e pertences. Este senhor era conhecido como “Alemão”, e tal como o seu nome aponta, ele era um homem euro-descendente. Numa das esquinas um pouco distante do lugar onde a mudança estava acontecendo e já bastante retirada do resto da EC se podia avistar uma casa grande de dois andares, metade madeira, metade alvenaria, cujo pátio cercado era ainda maior do que a casa inteira. A casa, fui informada, também era “irregular” e ele tinha direito à uma casa no condomínio, mas as suas posses visivelmente destoavam do resto dos moradores. A dificuldade para alguns técnicos da prefeitura seria aceitá-lo como beneficiário do projeto, uma vez que ele tinha muito menos dificuldades financeiras que as famílias locais, e perpetuava um ciclo de exploração no mínimo constrangedor para os técnicos que conheciam bem as dificuldades de muitas famílias ali. Além de detentor de muitos carrinhos e de algumas kombis, tinha acesso direto aos locais de reciclagem e empregava muitas pessoas daquele local. O Alemão ostentava na parte de cima de sua casa uma bandeira não identificável. Uma bandeira tão grande que de longe anunciava algum território, possivelmente o dele. Na parte de baixo de sua casa grande, Alemão tinha um pequeno mercado que vendia quase todos os produtos necessários para a rotina de uma família: do arroz ao sabão, passando por refrigerantes e cervejas. A garrafa de 500 ml de água vendida ali custava o dobro do preço de qualquer pequeno mercado na cidade “formal”, e estes preços eram parte da forma como ele mantinha o ciclo de engrandecimento de sua renda, pensei eu.

Alemão, era portanto, o dono dos carrinhos e das kombis que transportaram a mudança de muitas famílias naquele dia. Mas não apenas isso. Alemão também era “dono” de alguns terrenos além de algumas casas, muitos destes e destas que estavam sendo desocupados naquele momento. Como a rotina da prefeitura naquele momento de mudança era a de esvaziar a casa e destruí-la logo a seguir, Alemão estava perdendo “suas propriedades” e contra-atacou, nunca na linha de frente, mas sim, escondendo-se atrás de outras famílias. Uma destas tardes de mudança, uma moradora cochichou no ouvido dos técnicos da prefeitura que alguém estava construindo uma casa nova em outro lugar, ali de onde algumas famílias haviam se mudado no dia anterior. Ao chegarem no local da tal construção que iniciava, o jovem rapaz, alegando que sua esposa estava grávida e que necessitavam de um lugar para viver, acabou finalmente esclarecendo: o Alemão lhe havia autorizado a construir no “seu” terreno, além de ter

lhe emprestado algumas tábuas e outros materiais de construção para que o serviço fosse feito. Comportando-se como “dono” do local, Alemão finalmente vivia em uma área um pouco separada do aglomerado de casas pequenas e o mesmo terreno ocupado por duas ou três famílias. Embora eu não o tenha entrevistado, ficou-me no pensamento a indagação se aquele lugar onde vivia não era também uma forma de estrategicamente diferenciar-se do restante dos moradores, e com isso, percebendo ou não, demarcava com seus símbolos próprios (a bandeira talvez o mais evidente) a geografia racial do espaço.

Considerações Finais

Reconhecer a geografia racial destes espaços periféricos na cidade de Porto Alegre implica em uma investigação que esteja atenta para as desigualdades raciais presentes nos espaços urbanos. A generalização por parte do poder público dos “pobres” dentro de um espaço periférico evidentemente marcado pela periferização de famílias negras vincula-se tanto à dificuldade de políticas públicas que discriminem os diversos fatores que interferem na pobreza das famílias negras, bem como à história de invisibilização de tais famílias no contexto Sulino do país. A etnografia destas evidentes desigualdades entre as diferentes famílias – o que eu chamei de os que têm e os que não têm – apontam para a relevância de especificar as pesquisas nas periferias urbanas, evitando assim generalizações as quais, diga-se de passagem, o poder público muitas vezes se apropria para pensar suas políticas.

Se por um lado, este trabalho tenta fugir do esquematismo que mostra as periferias como áreas tão “particulares” que podem ser vistas em sua extrema diferença com relação à cidade circunvizinha, por outro lado espero que contribua para a compreensão de como a segregação racial opera *dentro* de espaços já periféricos, e com isso, demonstre sim uma certa particularidade de pobreza, que neste caso atinge aquelas famílias negras.

Finalmente, considero que as diferentes situações apontadas aqui não se referem apenas à situação das vilas em Porto Alegre já que as desigualdades entre negros e não-negros se fazem mais evidentes em áreas menos periféricas da cidade. Na Entrada da Cidade a mudança das famílias para os novos condomínios apontaram para uma configuração da geografia racial do espaço, aparentemente mais igualitária e, portanto,

não segregada. Entretanto, uma observação mais detalhada da nova posição no espaço apontava que esta não estava vindo acompanhada de uma nova posição social para as famílias negras. Em termos de mobilidade, esta continuava mais restrita para os afro-descendentes do que para outras famílias. Se, por um lado, viver nos novos condomínios implica em sair da situação de viver em banhados e nos fundos da casa de alguém, por outro, não há, até o presente momento indicações de que houvesse diminuído as tensões e as desvantagens existentes entre as famílias negras e a vizinhança não-negra daquela área. Neste sentido, tudo indica que no cotidiano vivido pela vizinhança da Entrada da Cidade, apesar de muitas melhorias, continua sendo entrecortado pelas tensões raciais que existiam anteriormente nas vilas.

Referências

- Andrews, George Reid. *Blacks and Whites in São Paulo, Brazil. 1888-1998*. Madison, Wis.: University of Wisconsin Press, 1991.
- Cardoso de Oliveira, Roberto. “O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever.” Cardoso de Oliveira, Roberto. *O Trabalho do Antropólogo*. São Paulo: UNESP, Paralelo 15, 2006. 17-35.
- Carvalho, Ana Paula e Rodrigo A. Weimer. “Laudo Antropológico e Histórico do Reconhecimento da Comunidade Remanescente de Quilombo Família Silva para cumprimento do artigo 68/ADCT.” *Laudo Antropológico*. Porto Alegre: PMPOA/FCP, 2004. mimeo.
- Carvalho, José Murilo de. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- Chalhoub, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: O Cotidiano dos Trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- Eckert, Cornelia e Ana Luiza C. Rocha. “Etnografia da e na Cidade, saberes e Práticas.” Eckert, Cornelia e Ana Luiza C. Rocha. *Antropologia da e na Cidade. Interpretações sobre a Vida Urbana*. Porto Alegre: Marca Visual, 2013. 53 - 80.
- Goldberg, David T. “‘Polluting the Body Politic’: Racist Discourse and Urban Location.” Cross, M. e M. Keith. *Racismo, the City and the State*. London and New York: Routledge, 1993. 45-60.
- Gregory, Steven. *Black Corona. Race and the Politics of Place in an Urban Community*. Princeton, NJ.: Princeton University Press, 1998.
- Hall, Stuart. “Who Needs Identity?” Hall, Stuart e Paul du Gay. *Questions of Cultural Identity*. London: Routledge, 1996. 1-17.

- Hall, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.
- Hall, Stuart. "Race, Articulation and Societies Structured in Dominance." UNESCO. *Sociological Theories: Race and Colonialism*. Paris: UNESCO, 1980. 305-345.
- Keith, Michael. "From Punishment to Discipline? Racism, Racialization and the Policing of Social Control." Keith, M. e M. Cross. *Racism, the City and the State*. London, New York: Routledge, 1993. 139-209.
- Meade, Teresa A. *"Civilizing" Rio. Reform and Resistance in a Brazilian City 1889-1930*. University Park, Pennsylvania: The Pennsylvania State University, 1997.
- Olivier, Melvin L. and Thomas Shapiro. *Black Wealth/White Wealth: a new perspective on racial inequality*. London: Routledge, 1995.
- Pesavento, Sandra. *A Emergência dos Subalternos: Trabalho Livre e Ordem Burguesa*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul., 1989.
- Pesavento, Sandra. "Os Excluídos da Cidade." Seffner, Fernando (org.). *A Presença Negra no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1995. 80-89.
- PMPOA, Prefeitura Municipal de Porto Alegre. *Mapa da Irregularidade Fundiária de Porto Alegre*. Porto Alegre: PMPOA/DEMHAB, 2000.
- Pólvara, Jacqueline Britto. "Dispersions: Black Communities and Urban Segregation in Porto Alegre, Brazil." *University of Texas at Austin. Department of Anthropology*. Austin, TX.: Tese (Doutorado Antropologia Social), 2006. 259.
- Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPOA). "Programa Integrado Entrada da Cidade." *Marco de Referência e Descrição do Programa. Caderno 1*. Porto Alegre: PMPOA, 2002.
- Rolnik, Raquel. "Territórios Negros nas Cidades Brasileiras." *Estudos Afro-Asiáticos* (17) 1989: 29-41.
- Smith, Susan J. "Residential Segregation and the Politics of Racialization." Keith, Michael e Malcom. Cross. *Racism, The City and the State*. London and New York: Routledge, 1993.
- Valladares, Licia do Prado. "A Gênese da Favela Carioca: a produção anterior às Ciências Sociais." *Revista Brasileira de Ciências Sociais/ANPOCS*. v. 15. nº 44. Out. de 2000: 5-34.
- Valladares, Lícia do Prado. *A Invenção da Favela. Do mito de Origem a favela.com*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- Vilasboas, Ilma S., Iosvaldir Bittencourt Jr e Vinicius V. Souza. *Museu do Percorso do Negro em Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora Porto Alegre, 2010.

Recebido em: 30/09/2014
Aprovado em: 29/11/2014